

Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais / *Social Work and question silence ethnic-racials*

JULIANA MARTA OLIVEIRA¹

Resumo: Este artigo debruça-se em questionar como uma categoria profissional que tem, como seu objeto de ação, a população negra e pauperizada do Brasil, demorou 80 anos, para compreender que não tinha no cerne da sua formação um conceito e um direcionamento político-pedagógico perante as requisições étnico-raciais. A hipótese primária é de que o racismo permeia e define todas as relações sociais no país, e desta forma, o Serviço Social e os assistentes sociais não podem ser percebidos fora do prisma mais amplo deste contexto social alienante. Como o Serviço Social brasileiro tratou as questões étnico-raciais historicamente? Como determinantes sociorraciais estão sendo trabalhados, apresentados, na formação de assistentes sociais? Existe na categoria profissional e entre os seus teóricos, aparato teórico e metodológico para lidar com esta demanda? As questões étnico-raciais e de gênero estão no escopo da “questão social”?

Palavras-chave: Serviço Social; formação profissional; racismo; questão étnico-racial.

Abstract: This article examines how a professional category that has as its object of action the black and pauperized population of Brazil took 80 years to understand that it did not have at the heart of its formation a concept and a political pedagogical orientation towards the ethnic-racial requisitions. The primary hypothesis is that racism permeates and defines all social relations in the country, and thus Social Service and Social Workers can not be perceived outside the broader prism of this alienating social context. How did the Brazilian Social Service deal with racial ethnic issues historically? As socio-racial determinants are being worked out, presented in the training of

1 Assistente social e pedagoga. Mestra em estudos interdisciplinares sobre a universidade (UFBA).

social workers. Is there in the professional category and among its theorists, theoretical and methodological apparatus to deal with this demand? Are ethnic-racial and gender issues within the scope of the "social issue"?

Keywords: Social Work; vocational training; racism; ethnic-racial question.

O Serviço Social brasileiro historicamente deixou de lado as discussões e o debruçamento em torno das questões étnico raciais. Mesmo que desde 1993, nos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social, a categoria já mencionava não se coadunar com nenhuma forma de preconceito; respeito à diversidade e ao exercício profissional sem discriminar ou ser discriminado por diversas questões inclusive a étnico racial.

O Serviço Social sempre conceituou as tentativas, as estratégias, as ações e as experiências de implementação profissional acerca das questões étnico-raciais, como ações de militância político-ideológica, de uma parte da categoria profissional e não como perspectiva de exercício profissional em se debruçar a responder às demandas sociais dessa parcela populacional, sob um novo prisma das relações societárias.

Após 16 anos de aprovação do Código de Ética Profissional, vemos a movimentação junto à Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) sobre a necessidade de inclusão de temas caros à profissão que contextualizariam a prática profissional às requisições da população usuária do Serviço Social.

Neste contexto, são criados os GTPs (Grupos Temáticos de Pesquisa), em 2009, que, divididos em áreas, mobilizariam pesquisadores a dinamizar a formação profissional e o florescimento de pesquisas nas áreas temáticas. O GTP 06 Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, foi aprovado, por unanimidade, por ocasião do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), em dezembro de 2014, indicando a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação do Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração.

O entendimento dessa necessidade parte da compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações. Sugere que:

A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal. A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis nºs 10. 639/03 e 11.645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos. (ABEPSS). Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/noticias/apresentacao-graduacao-15>>. Acesso em: 10/05/2016).

Esses esforços também tinham como meta implementar ações que efetivassem o que as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, do ano de 2002, descreve como perfil dos formados:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 2002).

Em 2016 é que o Conselho Federal de Serviço Social (CFess) organiza uma série de cartilhas intituladas “Assistentes sociais no combate ao preconceito”, com temas sobre preconceito, racismo, xenofobia, transfobia e o estigma das drogas. É que a categoria, de fato, tem um documento normativo que norteia suas práxis.

A questão étnico-racial – uma demanda historicamente requisitada ao Serviço Social

Ela é justificada por compreender que a população demandária do Serviço Social se constitui, em sua maioria, por aqueles que experienciam cotidianamente violência étnico-racial e de gênero,

ou seja, pobres, negros e mulheres. Esta violência é expressa pelo Estado e compartilhada pela sociedade brasileira como um todo, mesmo quando dados estatísticos os descrevem, sobretudo no que se refere à negação de políticas públicas, gestores e profissionais na resposta a tais demandas.

Entretanto, sem ter apreendido, problematizado e analisado como se deu a história, assim como o processo constitutivo de identidade e as lutas em torno da efetivação da cidadania da população negra, a prática dos profissionais das diversas áreas, sobretudo a dos profissionais do Serviço Social, dá sustentação para perpetuar as desigualdades sociais com base na raça.

Neste sentido, questiona-se como determinantes sociorraciais estão sendo trabalhados e apresentados na formação dos assistentes sociais. Existe, na categoria profissional e entre os seus analistas, aparato teórico e metodológico para lidar com essa demanda? As questões étnico-raciais e de gênero estão no escopo da “questão social”?

Este debate sobre o Serviço Social e a questão racial se mostra na mediação com outras categorias interdependentes no contexto do Serviço Social, como a categoria trabalho e ética, que aqui ousamos pontuar como essencial; e a utilização da categoria raça/etnia e gênero, para operacionalizar a relevância efetiva dessa profissão, para a emancipação de 190.755.799 brasileiros (POPULAÇÃO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS – IBGE, 2010).

Acredito que a superação dessa realidade possa ocupar várias frentes. Entretanto, a forma mais assertiva será pelo processo de formação em Serviço Social, com mudanças e inserções nas matrizes curriculares e nos currículos dos cursos de graduação, isto é, dar início ao processo de inserção da temática étnico-racial nos currículos dos cursos de Serviço Social como já fora determinado por lei.

Defendemos a transversalidade como estratégia educativo-formativa que possibilite o diálogo da construção de pontes ideológicas e conceituais sobre temas fundantes, e permita estabelecer uma perspectiva profissional que enalteça ou respeite as questões étnico-raciais nos currículos dos cursos de Serviço Social.

E como será esta formação profissional em torno destas temáticas? As unidades formadoras já vinham dedicando tempo e espaços para o debate destes temas na academia? Incentivando pesquisas na área? Com esse questionamento, esta pesquisadora realizou um levantamento sobre as instituições federais de Ensino Superior, que têm o curso de graduação em Serviço Social no Brasil.

O objetivo da pesquisa se encerra na análise de um dos elementos que envolvem o processo de formação em Serviço Social: o currículo. Assim, a partir do levantamento realizado dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e dos currículos, procurou-se identificar na matriz curricular a existência de disciplinas específicas que abordem a questão racial com toda a sua complexidade e variações.

A perspectiva metodológica em que nos debruçamos tem norteamento na etnopesquisa implicada, que é concebida, como:

Perspectiva de pesquisa em que o fundante não é uma racionalidade técnica e sim um *ethos* e uma ética do tipo: atores sociais não são idiotas culturais, são, para todos os fins práticos, instituintes ordinários das suas realidades; são teóricos e sistematizadores dos seus cotidianos e, com isso, edificam as ordens sociais em que vivem; são cronistas de si e do mundo, nestes termos, produzem descritibilidades, inteligibilidades e analisibilidades sustentadas por suas bacias semânticas. Assim, suas experiências sociais criam saberes legítimos. A concepção de pesquisa aqui trabalhada, entretece sem hierarquizações e antinomias, implicação como competência epistemológica e qualidade investigativa. (MACEDO, 2012, p. 22).

A escolha por esta abordagem metodológica nasce da consciência de que o tema pesquisado perpassa todo o meu percurso pessoal e de vida profissional, ao questionar quando teria que triar/tratar/ou abordar um núcleo familiar negro e me reportar ao seu contexto histórico, na qual não se entende o legado do povo na constituição social brasileira, reconhecendo que seus conhecimentos e valores sempre foram deixados à margem dos espaços formais de educação, seja ela na Educação Básica, ou nos outros níveis como o da Educação Superior. E que é legitimado pelas questões postas pelo movimento social negro acerca da garantia de um atendimento cuidadoso e equânime aos negros e afrodescendentes nos/pelos serviços sociais.

A etnopesquisa implicada, para além de reconhecer que o pertencimento é fator que garante a viabilidade e legitimidade da pesquisa, enaltece e acata que tais valores só podem ou devem ser analisados por aqueles que dele nasceram ou se envolveram a partir de interações de movimentos sociais e/ou de imersão sociocultural. Reforçando esta perspectiva, Babier (2001 apud MACEDO, 2012, p. 25) reitera que:

[...] entre as estruturas objetivas que modelaram nosso *habitus*, enquadrando as nossas práticas sociais e as estruturas sociais atuais nas quais estamos inseridos por nossas profissões e nossas culturas, há uma relação dialética e dialógica que se estabelece por meio da práxis e do projeto individual e coletivo.

A etnopesquisa salienta que tais temas têm sua preocupação central e devem ser pesquisados por atores que os vivenciam, como descreve o trecho:

A complexa problemática que envolve raça, gênero e classe, leva em conta a emergência histórica e socialmente importante, por exemplo, da mulher-negra trabalhadora. Trata-se de um significativo fenômeno histórico e de condições socioexistenciais específicas, mas profundamente entretecidas. Etno, aqui, além de estar vinculado às compreensões aos etnométodos, às ações e cosmovisões dos atores sociais instituintes destes movimentos, tem a ver, de forma realçada, com implicação enquanto escolha e vontade política, para instituir realidades sociais pela pesquisa. Quanto à pesquisa, sofre, nesse caso, uma forte inflexão tensionada pela relação intercítica entre os sujeitos históricos contemporâneos e por uma forma diferenciada de hermenêutica, como também por um certo jeito de constituir autorização, como política de conhecimento socialmente referenciada e de reconhecimento. (MACEDO, 2012, p. 26).

A decisão de pesquisar instituições federais de ensino superior (Ifes) num país de dimensões continentais, como é o Brasil, foi desafiadora. Para tanto, pensamos estratégias de ação que possibilitassem a coleta de dados e acesso ao maior número de informações possíveis que consubstanciassem o trabalho e dessem caminhos à nossa investigação. A metodologia utilizada no levantamento, aqui apresentado, baseia-se na perspectiva da pesquisa documental. A coleta de dados foi de cunho

qualitativo e quantitativo porque, para além dos dados numéricos e estatísticos encontrados nos diversos projetos políticos pedagógicos e currículos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras, seria também necessário avaliar os motivos das escolhas de tais disciplinas em detrimento de outras. Estes dados se apresentam em uma análise crítica do material investigado.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 20).

Como seria impossível visitar, presencialmente, todas as universidades federais que tinham curso presencial de Serviço Social no país, definimos que as informações seriam coletadas por meios eletrônicos (*sites*, *sítios* na internet, *blogs*) oficiais das Ifes. Vale ressaltar que a escolha, por mais de um meio eletrônico de coleta de dados, também se deu pela falta de padronização em torno das Ifes, onde se alocam as informações sobre os projetos políticos pedagógicos e os currículos dos cursos de graduação em Serviço Social. Algumas Ifes têm todas as informações nos sites das Pró-Reitorias de Graduação e superintendências acadêmicas, outras têm estas informações nos *sites* específicos dos cursos de Serviço Social, algumas não têm *sites* oficiais e os cursos utilizam-se de outras ferramentas como os *blogs*.

A definição espacial da pesquisa foi definida a partir da base de informações do sistema E-MEC.² que elencou todas as universidades federais com curso de graduação presencial em Serviço Social, ativas no país.

2 O sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES), Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos), em funcionamento desde janeiro de 2007, permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente. É regulamentado pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/modulos/visao_ies/php/ies_orientacoes_gerais.php>. Acesso em: 04/02/2015.

Para a análise dos dados, *a priori*, listamos as 64 Ifes do país e um Instituto Federal do Ceará, e constatamos que destes apenas a metade, 32, têm graduação em Serviço Social.

Optamos, a partir daí, por analisar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), por serem documentos oficiais que imprimem o norteamento didático e político dos cursos de graduação em Serviço Social das Ifes, muitos dos quais não têm seus documentos oficiais divulgados em seus meios de comunicação eletrônicos: *sites*, sistemas, bases de dados etc.

Das 24 Ifes, localizadas como tendo o curso de graduação em Serviço Social ativo, apenas 16 disponibilizam seus PPPs em meios de comunicação eletrônico.

Contudo, apenas 04 Ifes da região Nordeste disponibilizam o PPP; 06 do Sudeste; 04 do Sul e 02 do Centro-Oeste. Outro entrave à pesquisa é que nenhuma das Ifes da região Norte disponibiliza seu PPP em meios eletrônicos.

Assim, mais uma vez foi necessária uma reorientação do objeto de obtenção dos dados para a pesquisa. Priorizamos direcionar nosso olhar às matrizes curriculares, também conhecidas como grades curriculares. Constatou-se que o número disponível delas é superior aos PPPs, possibilitando realizar análises mais adensadas acerca do tema.

Foi a partir desta definição sobre o universo da pesquisa, 24 Ifes, que publicizam suas matrizes curriculares em meios de comunicação eletrônicos, que passamos a observar o objeto do nosso trabalho: a existência de disciplinas sobre raça e etnia nos cursos de graduação em Serviço Social.

O objetivo da pesquisa é reconhecer que a temática raça/etnia, como apresentada no início do texto, não tem sido tema aprofundado nas produções em Serviço Social e, a partir dos dados aqui coletados, podemos inferir que tal fato se relaciona a não inserção dessas categorias nos processos de formação, nos currículos, impactando diretamente na *práxis*³ desse futuro profissional.

3 Em uma definição mais completa, temos que a *práxis* social, "como qualquer ato social, é uma decisão entre alternativas efetuada pelo indivíduo singular, que faz

Em relação ao percentual de disciplinas sobre a temática raça-etnia encontradas no universo das 24 Ifes analisadas, a pesquisa revelou que 55% delas têm disciplinas que abordam a temática, assim, são 18 Ifes, como descrito no quadro a seguir:

Quadro 1 – Distribuição das Ifes e disciplinas que abarcam temáticas étnico-raciais.

	IFES	Região	Disciplinas	Natureza
1	UnB – Universidade de Brasília	Centro -Oeste	Gênero, Raça/Etnia e Política Social	Optativa
2	UFAL – Universidade Federal de Alagoas	Nordeste	Saúde da População Negra	Optativa
3	UFBA – Universidade Federal da Bahia	Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no contexto dos Direitos Humanos	Obrigatória
4	UFMA – Universidade Federal do Maranhão	Nordeste	Relações Étnico-Raciais no Brasil e o Serviço Social	Optativa
5	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	Nordeste	Relações Étnico-Raciais no Brasil e o Serviço Social	Optativa
			Saúde – Gênero e Violência	Optativa
6	UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nordeste	Serviço Social nos Estudos Culturais	Optativa
			Antropologia Afro-Americana	Optativa
7	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nordeste	Classes e Movimentos Sociais	Obrigatória
			Capitalismo e Questão social	Obrigatória

escolhas acerca de propósitos futuros visados. Porém, não faz escolhas independentes das pressões que as necessidades sociais exercem sobre os indivíduos singulares, interferindo nos rumos e orientações de suas decisões". (IAMAMOTO, 2011, p. 254).

	IFES	Região	Disciplinas	Natureza
8	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sudeste	Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil	Obrigatória
9	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Sudeste	Pensamento Social Brasileiro Geral	Obrigatória
10	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	Sudeste	Políticas de Ações Afirmativas	Optativa
			Raça/Etnia, Gênero e Sexualidades	Optativa
11	UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sudeste	Gênero, Raça e Etnia	Optativa
12	UFU – Universidade Federal de Uberlândia	Sudeste	Cultura Afro-Brasileira	Optativa
13	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	Sul	Serviço Social: Família e Segmentos Vulneráveis	Obrigatória
14	UFPR – Universidade Federal do Paraná	Sul	Cidadania e Formação Sócio-Histórica do Brasil I	Obrigatória
15	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul	Educação e Movimentos Sociais	Optativa
16	UFSM – Universidade Federal de Santa Maria	Sul	Exclusão Social e Etnicidade	Obrigatória
17	UFPA – Universidade Federal do Pará	Norte	Seminário Diversidade Étnico Cultural na Amazônia	Atividade complementar
18	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	Sudeste	Identidades e Diferenças de Raça, Gênero e Classes	Optativa

Fonte: OLIVEIRA, 2005 p. 90.

Este quadro descreve que a temática étnico-racial não é compreendida, de igual forma, pelas Ifes brasileiras. Que algumas dessas unidades formadoras, não a tem como disciplina obrigatória e também não

a considera como disciplina oferecida especificamente para a formação em Serviço Social.

Observamos que, em sua maioria, são matérias de caráter optativo. Com isso os estudantes podem ou não incluí-las no seu processo de formação, dificultando mais uma vez a possibilidade de uma formação mais plural acerca das questões étnico-raciais.

O exposto até o momento permite-nos afirmar que a discussão da questão racial ainda é diminuta no processo de formação, no que diz respeito às atividades desenvolvidas em sala de aula, por meio das disciplinas, trabalhadas em tela de forma estanque. Assim, resta-nos a pergunta: o processo de formação permite aos egressos adquirir competências para intervir, propor e executar políticas, programas e projetos destinados à superação das desigualdades étnico-raciais?

Os dados antes descritos verificam a desproporção no trabalho de disciplinas sobre raça e etnia nos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil. Esta situação que revela uma omissão profissional – na execução dos Parâmetros Mínimos da formação em Serviço Social, entre outras normativas indicadas pela ABPESS (GT-06/ABPESS), bem como a não observância no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e na série de cartilhas do CFess intituladas “Assistentes sociais no combate ao preconceito”, estariam ancoradas na crença de que se superando a contradição de classe todas as demais estariam solucionadas?

Conclusão

O Serviço Social brasileiro não pode permanecer dando as costas para essa dívida histórica com a população brasileira. E para tanto, é necessário primeiramente reordenar os processos formativos dos assistentes sociais.

Por ser uma atividade profissional que defende um projeto societário revolucionário, deveria transformar e redirecionar suas perspectivas formativas para lograr objetivos e propósitos descritos há décadas no seu código de ética profissional.

E vou além, na medida em que reconheço ser o racismo a grande muralha intransponível para a categoria profissional do Serviço Social, que impede que possamos enxergar a realidade social brasileira e o seu processo de formação para além do que está posto nos nossos manuais.

Desta forma, ao pensarmos no currículo, encontramos as mesmas contradições existentes na sociedade mais ampla: o racismo transversalizado pela discriminação. Assim, os achados neste trabalho corroboraram nossas hipóteses. Acreditamos que o racismo permeia e define todas as relações sociais neste país e, desta forma, o Serviço Social e os assistentes sociais não podem ser percebidos fora deste contexto social.

Levantamos também a hipótese de que a matriz cristã católica e caritativa do nascimento da profissão não rompeu seu olhar sobre o objeto de ação profissional, a partir de uma visão em torno do acesso aos direitos dos segmentos sociais marginalizados dos espaços de poder e da construção da ordem societária.

Consideramos que o dogma acerca da questão social como o único viés de apreensão das demandas populacionais e transformações sociais não responde a todas as requisições feitas ao Serviço Social, deixando uma parcela da população sem uma resposta profissional cuidadosa e baseada nas suas reais necessidades.

É o momento de o Serviço Social brasileiro implementar de forma basilar, na sua formação profissional, a temática étnico-racial, como resposta ao indicativo dos GTPs e dos Parâmetros Mínimos da formação em Serviço Social, da Abepss; em respeito aos profissionais que, mesmo sem respaldo teórico-metodológico, se debruçaram em pesquisar e escrever possibilidades de ações sob este prisma, em livros, trabalhos de conclusão de cursos, e artigos com relatos de experiências.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Abepss, 1996.

_____. **A estratégia dos grupos temáticos de pesquisa (GTPs)**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/files/1-A-ABEPSS-e-o-Fortalecimento-da-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 05/02/2014.

_____. **Notícias GTP:** Serviço Social, Relações de Exploração / Opresão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/noticias/apresentacao-graduacao-15>>. Acesso em: 20/06/2016.

BRASIL, Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.**

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Regulamenta a profissão de assistente social e dá outras providências.**

_____. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.**

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 273/93, de 13 de março de 1993. **Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.** CFESS (Org.) Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 19/06/2014.

_____. **Série assistente social no combate ao preconceito.** Brasília: CFESS, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População nos Censos Demográficos.** Disponível em: <[www. https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm)>. Acesso em: 18/03/2017.

MACEDO, R. S. Etnopesquisa implicada, currículo e formação. **Espaço do Currículo.** v. 5, n. 1, p. 176 -183, de jun.-dez./2012.

_____. **Etnopesquisa implicada:** pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livro, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de. **A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras.** Dissertação (mestrado). Salvador-BA: UFBA, 2015.